



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 01

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 6 DE JANEIRO DE 2016

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	4
B. ORDEM DO DIA	9
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	9
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	9
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015	9
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	10
4.1 Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 15 de dezembro de 2015, relativo à decisão de declarar a caducidade do Alvará de Obras de Construção n.º 85/2007 e de exercer a faculdade de ser a Câmara Municipal a promover a realização das obras de urbanização associadas ao referido alvará por conta do titular do mesmo, acionando a caução destinada a garantir a boa e regular execução das mesmas, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do art.º 71.º e no n.os 1 e 3 do art.º 84.º do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.....	10
4.2 Aprovação do projeto de Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal no licenciamento das obras de alteração e de ampliação das instalações da empresa Hortícolas Saturnino, Lda., sitas na Estrada Municipal 1004, no lugar do Pinheiro do Marco, na Freguesia de Alcochete, para efeitos do procedimento de regularização no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro	14
4.3 Emissão de parecer relativo à constituição de compropriedade em prédios rústicos – Requerimento n.º 3325/SGD, de 9 de dezembro e requerimento n.º 3397/SGD, de 16 de dezembro	15
4.4 Ratificação do Despacho n.º 51/15 – Protocolo Plurianual entre o Município de Alcochete e a Lusoponte SA	16
4.5 Ratificação do Despacho nº 52/15 – 10.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2015 – PPI e AMR'S	18
4.6 Ratificação do Despacho nº 53/2015 – 10.ª Alteração ao Orçamento de 2015	18
4.7 Atribuição de medalhas.....	19
4.8 Empreitada de “Execução de Brasão em Calçada à Portuguesa” Proc. N.º I-02/15	29
4.9 Nomeação do Representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	29
4.10 Aceitação de Doação de frigorífico para a Escola EB1/JI do Passil.....	30
4.11 Celebração de Protocolo de Parceria com <i>Doggy</i> Clube – Centro de Treinos para Cães.....	31
4.12 Doação de instrumento musical à Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.....	31
SUBMETE-SE A PRESENTE PROPOSTA A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.»	32
4.13 Feira Quinhentista – Normas de Participação	32

4.14 Denúncia do Protocolo de Colaboração entre a Fundação João Gonçalves Júnior e o Município de Alcochete para utilização das Salinas como Núcleo Museológico.....	33
5. APOIOS FINANCEIROS.....	34
6. INFORMAÇÕES.....	35
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE.....	39
ENCERRAMENTO.....	40

Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente desejou a todos os presentes um excelente ano de 2016, com a concretização de sonhos e ambições, quer no plano profissional, quer no plano pessoal.

A senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio reiterou os votos de um bom Ano Novo, que seja positivo para todos, com saúde, conquistas e alegrias.

Informou a Câmara sobre a reunião que teve com o coordenador do Centro de Saúde de Alcochete, Dr. Carlos Afonso, sobre a extensão do Lugar do Passil. Como é do conhecimento de todos, desde o falecimento da Dra. Fernanda Pimentel (que era a médica destacada no local), não se procedeu à sua substituição nem aqueles utentes foram assegurados por outros médicos desta USCP – Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados.

A senhora vereadora disse também que, só no final do ano ficou a saber que não só não estavam a ser asseguradas as consultas médicas, como também não estão a ser assegurados os atendimentos por parte do enfermeiro. Desta forma, neste momento, a Câmara continua a disponibilizar aquelas instalações, a assegurar a eletricidade, as comunicações e a água e as mesmas não estão a ser utilizadas.

Estas preocupações foram transmitidas ao Dr. Carlos Afonso e, apesar de a senhora vereadora compreender que o coordenador não tem ao seu dispor os recursos humanos necessários para poder dar resposta àquela população, de acordo com a conclusão da reunião referida, aguardar-se-á uma solução durante este primeiro mês de 2016. Caso não haja resposta, a Câmara seguirá para outras instâncias para reclamar e exigir aquilo que considera ser um direito essencial de qualquer cidadão.

A senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento reiterou as palavras, quer do senhor presidente, quer da senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio, para um excelente ano de 2016, com muita saúde, muita paz e muita felicidade, quer em termos pessoais, quer em termos profissionais.

Expôs um tema que para si é muito sensível, a nível nacional, que são as mortes acentuadas de violência contra as mulheres, ou seja, a caracterização das 29 mortes, que é um saldo drástico e dramático do ano de 2015 e que mostra bem em termos culturais esta simetria relativamente àquilo que poderia ser a igualdade de género e que não existe. De facto, por variadíssimas razões, os desfechos, quer relativamente à relação conjugal ou em termos de namoro, são dramáticos, não só pelo assassínio das próprias mulheres como a dor para as famílias. São situações bastante dolorosas.

É evidente que fica sempre registado nas diversas entidades que gerem estas questões relativas aos maus-tratos físicos mas há muitas situações camufladas, que se chamam de violência silenciosa, ou seja, os maus-tratos psicológicos ou emocionais e esses não têm cara nem cor, não têm dia nem hora e, por isso são várias vezes impossíveis de detetar. No entanto, trazem traumas bastante profundos, quer para quem passa por eles, quer em relação àqueles que estão no seio familiar.

A senhora vereadora referiu que queria deixar esta nota no início do ano, para que o assunto não caia no esquecimento, sendo apenas lembrado no Dia Internacional da Mulher ou no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto desejou, também a todos os presentes, um bom ano de 2016, repleto de muita saúde e trabalho, estendendo esses votos a todos os funcionários e colaboradores da Câmara Municipal de Alcochete.

De seguida, o senhor vereador informou sobre uma questão de segurança e de saúde pública relacionada com uma imagem publicada numa rede social, no caso lagartas do pinheiro, solicitando esclarecimentos sobre se esta praga se confirma no nosso concelho e se já estão equacionadas algumas medidas de prevenção ou de combate.

O senhor vereador mostrou-se preocupado com o facto de os contentores do jardim do coreto se encontrarem junto ao parque infantil, uma vez que, apesar de ser um problema cívico, o lixo está constantemente espalhado pelo passeio. As areias do parque infantil são também uma preocupação, dada a dificuldade de remoção e desinfestação das mesmas, bem como o problema dos canídeos e gatídeos que o parque infantil sofre. Questionou se seria equacionável ser tomada alguma medida, se será adequada a deslocação dos contentores para outra localização, ou outra, sendo que de facto o que está em perigo é a constituição de pragas de ratos, baratas e outros, bem como a segurança das crianças que frequentam aquele espaço.

A terminar, o senhor vereador pediu ao senhor presidente uma breve explicação sobre a situação do contrato de mútuo celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e o BANIF, sabendo de antemão que há ainda um diferendo por resolver com o Tribunal de Contas, que tem a ver com a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro.

A senhora vereador Susana Isabel Freitas Custódio informou que, dentro em breve, apresentará para aprovação, uma proposta de protocolo com a APAV, para que se possa prestar apoio às vítimas de violência doméstica, através de um gabinete no Setor de Desenvolvimento Social, disponibilizado para o efeito.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, desejou, a todos um bom ano de 2016.

Disse que acompanha o tema da violência contra as mulheres, referindo que nos últimos anos se verificaram muitos avanços, dando o exemplo de que o facto de haver 3 eleitas na Câmara seria impensável há alguns anos atrás.

Na sua opinião o número de mortes é “a ponta do icebergue”, no entanto já há alguma capacidade de resposta por parte da sociedade, ao conseguir impedir alguns desses crimes mas, de facto, os mesmos estão também associados às crises económicas e sociais, que se vivem atualmente em Portugal, e que se refletem especificamente na violência contra as mulheres.

Tal como a vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento, referiu ser muito importante a problemática da violência no namoro, porque apesar de ser mais difícil de identificar e apesar de não ser à partida tão violenta porque os jovens não vivem juntos, tem consequências futuras, tornando-se muitas vezes a raiz de comportamentos que depois se repetem ao longo dos anos.

O senhor presidente, em resposta ao senhor vereador Vasco André Marques Pinto esclareceu que relativamente ao contrato de mútuo que foi celebrado entre a Câmara Municipal de Alcochete e o BANIF, complementado por um outro contrato de mútuo em que, no seu conjunto, sustentam financeiramente o Plano de Saneamento da Câmara Municipal, não existe da parte do BANIF, até à conclusão do ano de 2015, qualquer informação sobre esta matéria.

O senhor presidente disse que, em bom rigor, ainda está por perceber quais vão ser as consequências da decisão de resolução do Banco de Portugal mas, na sua opinião, este contrato de mútuo celebrado entre o BANIF e a CMA constitui ele próprio um ativo porque se estamos a falar de um empréstimo de uma verba pecuniária, também sobre a mesma incidem juros.

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro desejou, também a todos os presentes, que o ano de 2016 seja em todos os aspetos melhor do que o anterior.

Respondendo o senhor vereador Vasco Pinto, relativamente à proçessionária disse que também viu a foto, divulgada numa rede social, e realçou que a munícipe que deu o alerta procedeu bem, no entanto, o problema já estava identificado, bem como todos os ninhos em todos os pinheiros do concelho.

O senhor vereador explicou que este trabalho, anualmente tem início em março, uma vez que é nessa altura que a famigerada lagarta começa a descer o pinheiro em direção à terra, no entanto, desta vez as temperaturas estão acima da média, ou seja, em termos práticos não fez muito frio este ano e houve uma antecipação, o que nos deixará alerta para o próximo inverno.

O senhor vereador disse, ainda que já esteve no local e a situação está a ser resolvida, explicando que este tipo de trabalho é realizado por uma empresa colaboradora da Câmara Municipal porque, nestas situações, a exigência é sempre a mesma, tem de ser uma empresa certificada, com produtos certificados e com aplicadores credenciados.

Relativamente à questão do lixo junto ao parque infantil do jardim do coreto, e concordando com o senhor vereador Vasco André Marques Pinto, o senhor vereador disse que é difícil por vezes manter aquele espaço o mais limpo possível, até porque o mesmo é frequentado, à noite por quem já não tem idade para o fazer, facto que o preocupa. Desta forma, é normal pela manhã existirem garrafas partidas, o que é grave. A Câmara vai tendo o cuidado de limpar uma vez que é frequente ficarem pedaços de vidro enterrados não areia, havendo o risco de acidentes.

Quanto à localização do Molok e do Ecoponto, os mesmos devem permanecer juntos para que haja um maior apelo à reciclagem. Em todo o caso, o senhor vereador irá averiguar junto dos serviços uma forma de vedar a parte traseira dos mesmos de forma a proteger a areia do parque infantil.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €732.841,81 (setecentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e um euros e oitenta e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 09/12/2015 e 27/12/2015, autorizou o pagamento da despesa no montante total de €855.687,29 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete euros e vinte e nove cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4082 ao n.º 4329.

O senhor presidente informou que, entre os dias 28/12/2015 e 31/12/2015, autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €385.118,68 (trezentos e oitenta e cinco mil, cento e dezoito euros e sessenta e oito cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 4330 ao n.º 4391.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2015

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 9 de dezembro, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 15 de dezembro de 2015, relativo à decisão de declarar a caducidade do Alvará de Obras de Construção n.º 85/2007 e de exercer a faculdade de ser a Câmara Municipal a promover a realização das obras de urbanização associadas ao referido alvará por conta do titular do mesmo, acionando a caução destinada a garantir a boa e regular execução das mesmas, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do art.º 71.º e no n.os 1 e 3 do art.º 84.º do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando os factos constantes na informação técnica n.º CD14/2015, de 15 de dezembro, da Divisão de Administração do Território, Atividades Económicas e Comunicação, com a qual se concorda e se considera reproduzida para os devidos efeitos legais, que constituem, respetivamente, os fundamentos de facto e de direito da presente proposta.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 71.º e dos n.os 1 e 3 do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), em conjugação com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere:

1. Declarar a caducidade do Alvará de Obras de Construção n.º 85/2007, com base nos fundamentos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 71.º do RJUE, em virtude da não conclusão das obras de urbanização associadas ao referido alvará no prazo fixado na licença, bem como pelo facto de as mesmas se encontrarem suspensas há mais de seis meses, sem motivo justificativo registado no respetivo livro de obra.
2. Exercer a faculdade de promover a realização das obras de urbanização por conta do titular do referido alvará, acionando a caução destinada a garantir a

boa e regular execução das mesmas, nos termos previstos no n.os 1 e 3 do artigo 84.º do RJUE.»

Presente a referida informação técnica, cujo teor é o seguinte:

«Considerando que:

1. O Alvará de Licença de Obras de Construção n.º 85/2007, emitido em 2007/05/23, para os prédios sitos na Lagoa do Láparo, registados na Conservatória do Registo Predial de Alcochete, sob os números 2819/20030113, 2820/20030113, 2450/20000404, 3125/20050214, 3326/20051020 e 3268/20050513, todos da Freguesia de Alcochete e de que é titular a empresa EUROBIS – SOCIEDADE EUROPEIA DE IMOBILIÁRIO, S.A., para além das obrigações relativas à execução das infraestruturas e espaços verdes públicos internos do conjunto habitacional, estabelecia nas suas condições a execução das obras de urbanização necessárias à reformulação dos troços dos Caminhos Municipais 1003 e 1204, incluindo o seu reperfilamento, a execução das redes de drenagem pluvial, passeios e estacionamento, bem como o restabelecimento das infraestruturas aí instaladas, de acordo com os projetos de execução apensos ao processo.
2. No referido alvará foi fixado um prazo de 36 meses para a conclusão das obras, resultando na validade do mesmo até 24 de maio de 2010, que, por via da vigência da aplicação do regime excecional de prazos, previsto no RJUE, foi prorrogado até 24 de maio de 2013.
3. Da análise ao processo constata-se que os trabalhos estiveram suspensos entre 30 de junho de 2009 e 8 de abril de 2010.
4. Na sequência da retoma dos trabalhos foi apresentado um pedido de alterações ao projeto de arquitetura (elementos de constituição do prédio em propriedade horizontal), bem como de execução da obra por fases, os quais foram objeto de notificação para suprimento de deficiências e aperfeiçoamento, sem qualquer resposta por parte dos interessados.

5. Entretanto, em 11 de outubro de 2012, deu entrada um requerimento do técnico responsável pela direção técnica da obra, declarando a cessação de responsabilidade sobre a direção da mesma.
6. Na sequência dessa comunicação, a Câmara Municipal, na sua reunião de 12 de novembro de 2012, deliberou aprovar o projeto de decisão de declarar a caducidade da licença de construção titulada pelo alvará n.º 85/2007, com base na evidência de que os trabalhos se encontravam suspensos há mais de 6 meses e no declarado abandono da obra por parte do diretor técnico da obra.
7. No âmbito da audiência prévia dos interessados, procedeu-se à notificação da EUROBIS – Sociedade Europeia de Imobiliário, S.A e do BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A, sem que, nos prazos estabelecidos na referida deliberação, e mesmo até à presente data, tenha sido apresentada qualquer oposição por parte dos mesmos.
8. Os fatos que fundamentaram a decisão da Câmara Municipal mantêm-se válidos e inalterados, até porque, entretanto, se verificou a insolvência da empresa titular do alvará, pelo que, a qualquer momento, a Câmara Municipal pode declarar a caducidade do referido alvará e, concomitantemente, conforme previsto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 84.º do RJUE, o acionamento da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, que totaliza o montante de €952.784,20, que foi prestada sob a forma garantia bancária do BANIF – Banco Internacional do Funchal, S.A. (garantia n.º 592007006).
9. Com vista ao eventual acionamento da referida caução, em 20 de março de 2013, os serviços municipais realizaram uma vistoria para determinação dos trabalhos a realizar para a conclusão das obras de urbanização, tendo concluído que, de acordo com o mapa de medições constante no auto de vistoria, o custo total dos mesmos se cifra em €841.871,65, ao qual acresce o IVA à taxa legal e os 5% destinados à remuneração dos encargos de administração, conforme

previsto no n.º 3 do artigo 54.º do RJUE, totalizando o montante de €1.087.277,24.

10. O montante supra referido destina-se a suportar em exclusivo os encargos com a realização dos trabalhos de qualificação dos troços dos Caminhos Municipais 1003 e 1204, cujos níveis de serviço já estão muito para além da sua capacidade e que, por essa razão, constituíam uma condição de licenciamento estabelecida no alvará do obras, incluindo o seu reperfilamento, a execução das redes de drenagem pluvial, passeios e estacionamento, bem como o restabelecimento e consequente reformulação das infraestruturas aí instaladas, designadamente das redes de abastecimento de água e de saneamento, bem como das redes de eletricidade e iluminação pública, de gás e telecomunicações.

Assim, face ao manifesto incumprimento dos prazos e condições fixados no alvará, e à urgente necessidade de salvaguarda da qualidade do meio urbano e do meio ambiente e da segurança do público em geral, dando sequência ao deliberado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 12 de novembro de 2012, propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o senhor presidente da Câmara decida o seguinte:

1. Declarar a caducidade do Alvará de Obras de Construção n.º 85/2007, com base nos fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 71.º do RJUE, em virtude da não conclusão das obras de urbanização no prazo fixado na licença, bem como pelo facto de as mesmas se encontrarem suspensas há mais de seis meses, sem motivo justificativo registado no respetivo livro de obra.
2. Exercer a faculdade de ser a Câmara Municipal a promover a realização das referidas obras por conta do titular do alvará, acionando a caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, conforme previsto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 84.º do RJUE.
3. Na sequência da decisão sobre o proposto no ponto anterior, ordenar que se notifique o Banif, Banco Internacional do Funchal, S.A, para, nos termos da

Garantia Bancária n.º 592007006, pagar ao Município de Alcochete a verba no montante de €952.784,20.

4. Remeter para ratificação da Câmara Municipal os atos da competência desta que, por motivo de urgência, foram por este praticados nos pontos 1 e 2 da proposta de decisão.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.2 Aprovação do projeto de Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal no licenciamento das obras de alteração e de ampliação das instalações da empresa Hortícolas Saturnino, Lda., sitas na Estrada Municipal 1004, no lugar do Pinheiro do Marco, na Freguesia de Alcochete, para efeitos do procedimento de regularização no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e ainda os factos constantes na informação técnica n.º RM56/2015, de 21 de dezembro, da Divisão de Administração do Território, Atividades Económicas e Comunicação, com a qual se concorda e se considera reproduzida para os devidos efeitos legais, emitida no âmbito do pedido de declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal, registado sob o n.º 3403/SGD, de 17 de dezembro, que constituem, respetivamente, os fundamentos de facto e de direito da presente proposta.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal o projeto de Declaração de Reconhecimento do Interesse

Público Municipal no licenciamento das obras de alteração e de ampliação das instalações da empresa Hortícolas Saturnino, Lda., sitas na Estrada Municipal 1004, no lugar do Pinheiro do Marco, na Freguesia de Alcochete, em virtude de, apesar da sua não compatibilidade com o instrumento de gestão territorial em vigor – PDM, por não conflitar com interesses, restrições ou condicionamentos de outra ordem, a realização das referidas operações urbanísticas é suscetível de adequação, através de alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal.

4.3 Emissão de parecer relativo à constituição de compropriedade em prédios rústicos – Requerimento n.º 3325/SGD, de 9 de dezembro e requerimento n.º 3397/SGD, de 16 de dezembro

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. Através dos requerimentos n.º 3325/SGD, de 9 de dezembro e n.º 3397/SGD, de 16 de dezembro, Sofia Pinto Cardoso, na qualidade de representante legal de António Manuel da Silva César, solicitou à Câmara Municipal a emissão de parecer relativo à constituição de compropriedade nos prédios rústicos sitos no lugar da Horta da Atalaia, na freguesia de Alcochete, descritos na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o n.º 112/19860410 e n.º 117/19860410, respetivamente inscritos na Matriz Rústica sob os n.ºs 22 e 23 da secção N-AQ.
2. O pedido de parecer prevê a realização de escritura pública de venda dos referidos prédios rústicos, por parte de António Manuel da Silva César a

Hélder da Silva Gonçalves e Marta da Silva Gonçalves, proprietários do prédio rústico confinante, com vista ao aumento da capacidade da exploração agrícola detida por estes últimos.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade dos referidos prédios, uma vez que não haverá lugar ao parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.4 Ratificação do Despacho n.º 51/15 – Protocolo Plurianual entre o Município de Alcochete e a Lusoponte SA

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 28 de dezembro de 2015, foi aprovado o Protocolo Plurianual entre o Município de Alcochete e a Lusoponte SA, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o número 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão, o senhor presidente esclareceu que este é um compromisso que a Lusoponte assumiu com a Câmara Municipal de Alcochete há já vários anos, e que inclusivamente se procedeu à candidatura para construção da nova embarcação tradicional, o Bote-Leão, ao abrigo do QREN.

Num primeiro momento havia um compromisso, até porque o QREN tinha uma participação maior e também o valor elegível era superior, havia um

compromisso de comparticipação de 150 mil euros porque, entretanto, o QREN cobria a restante parte deste investimento.

Uma vez que o PROMAR, que foi e é o instrumento de comparticipação de fundos comunitários a que recorreremos depois de recorrermos ao QREN e depois de vermos revogado o contrato celebrado com o gestor operacional do QREN, falámos com os nossos interlocutores da Lusoponte, em particular com o Eng.º Ferreira do Amaral e com o Dr. António Rosa que rapidamente aceitaram a proposta da Câmara Municipal na ampliação deste apoio que é um apoio mecenático.

Portanto, estamos a falar de uma embarcação tradicional que vai custar 369 mil euros, sendo que 200 mil euros terão apoio mecenático, por parte da Lusoponte, 120 mil resultarão do PROMAR e os remanescentes 49 mil euros, esses sim, serão um encargo financeiro direto da Câmara Municipal de Alcochete. O eng.º Ferreira do Amaral, aquando da visita que efetuámos aos estaleiros de Sarilhos, onde está a ser construído o Bote-Leão, ficou fascinado com o trabalho, quase de artesão, que está a ser efetuado. Rapidamente se passou para a conclusão / formalização deste protocolo que foi sujeito a um despacho meu e agora para ratificação, para que haja um compromisso plurianual para que, do ponto de vista mecenático a Lusoponte possa usufruir dos benefícios resultantes do Estatuto de Benefícios Fiscais.

O senhor presidente referiu, ainda, que a última das cláusulas do protocolo, e que insistiu junto do senhor eng.º Ferreira do Amaral, que fará todo o sentido que do Bote-Leão conste uma referência à Lusoponte e ao apoio que a mesma está a prestar à Câmara Municipal de Alcochete, ao povo de Alcochete, bem como ao seu imaginário coletivo.

O senhor presidente concluiu dizendo que é da mais elementar justiça que conste em ata a postura que a Câmara Municipal de Alcochete sempre encontrou nos seus interlocutores, a saber, o senhor eng.º Ferreira do Amaral e o Dr. António Rosa, que foram inexcedíveis e absolutamente parceiros da Câmara nesta matéria e neste apoio, ficando, desta forma, registado o agradecimento da Câmara Municipal de Alcochete e do povo de Alcochete a esta parceria.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

4.5 Ratificação do Despacho nº 52/15 – 10.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2015 – PPI e AMR'S

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 28 de dezembro de 2015 foi aprovada a 10.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2015 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o número 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

4.6 Ratificação do Despacho nº 53/2015 – 10.ª Alteração ao Orçamento de 2015

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 28 de dezembro de 2015, foi aprovada a 10.ª Alteração ao Orçamento de 2015, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o número 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 3**.

4.7 Atribuição de medalhas

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com o previsto no artigo 1.º do Regulamento Municipal de Insígnias e Medalhas, pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se destaquem pelo seu contributo e empenho nas suas funções, quer no âmbito do município, quer foral dele, desde que a sua atividade seja benéfica para o mesmo e/ou para a população.

Assim, e em conformidade com este normativo, propõe-se a atribuição das respetivas condecorações às seguintes entidades e personalidades:

Medalha Dourada da Restauração:

António João Ferreira Pinto Basto

Nome incontornável do fado, António Pinto Basto cedo revelou o seu gosto pela música e, apesar da sua formação em engenharia, em 1970, iniciou aquele que seria um prometedor percurso musical. Na década de 80 acabou por se afirmar junto do público português, com o lançamento do álbum “Rosa Branca”, um trabalho discográfico que lhe valeu o primeiro dos três discos de platina que marcam o seu notável percurso musical, seguindo-se, em 1989, o disco “Maria” e “Confidências à Guitarra”, em 1991. Três projetos musicais que convenceram o grande público e que foram mais que suficientes para que, apenas com três trabalhos, editasse uma compilação intitulada “Os Grandes Sucesso de António Pinto Basto”.

África do Sul, Brasil, Índia, Estados Unidos e Canadá são apenas alguns dos inúmeros países pelos quais passou e divulgou a essência do fado e, quanto a galardões, destaque para os Grandes Prémios “Revelação” e “Popularidade” da Rádio Renascença, do “Sete de Ouro – Revelação” e “Sete de Ouro – Fado”, prémio “Popularidade” da Casa da Imprensa, Troféu Neves de Sousa, também da Casa da Imprensa, Prémio “Popularidade Despertar”, entre outros.

Nascido em Évora, António Pinto Basto não esconde a empatia que sente por Alcochete, a terra que escolheu para viver. É, por isso, frequente a sua participação em espetáculos e galas de fado para angariação de receitas em prol de muitas coletividades locais.

A sua identificação com as tradições e gentes locais é igualmente notável e, como filho adotado pela terra, é um grande apaixonado e admirador das emblemáticas Festas do Barrete Verde e das Salinas, fazendo questão de não se ausentar da vila de Alcochete durante esta época do ano e havendo já edições em que participou ativamente nas festividades, seja com uma participação no concerto com a Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, ou na interpretação de um fado durante a Procissão por Terra e por Mar, em Honra de Nossa Senhora da Vida.

Pelo seu distinto valor enquanto artista, pela sua dedicação a Alcochete e às gentes locais e por contribuir para o engrandecimento e divulgação do concelho de Alcochete, a Câmara Municipal propõe, no âmbito das comemorações do 118.º aniversário da Restauração do Concelho, a Medalha Dourada da Restauração, a António Pinto Basto.

Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco

Promover a Conservação e a manutenção das salinas do Samouco, assim como impulsionar um desenvolvimento sustentável no complexo das salinas são os dois princípios que norteiam a atividade da Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, uma instituição de direito privado, de utilidade pública, cujos instituidores são a Lusoponte – Concessionária para a Travessia do

Tejo, S.A.. o Município de Alcochete e o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

Anualmente, o Complexo das Salinas do Samouco é local de eleição para milhares de aves que encontram nesta área natural com 360 hectares, totalmente enquadrada na Área Metropolitana de Lisboa, um local para nidificação, alimentação e refúgio. No inverno, é possível observar com regularidade mais de 15.000 aves, incluindo as limícolas, aquáticas, rapinas e passeriformes.

Dada a importância que assume na biodiversidade da região, um dos principais objetivos da Fundação das Salinas do Samouco é, precisamente, a conservação das comunidades de flora e fauna (com particular ênfase nas comunidades de avifauna), a par de outros, como a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a promoção de atividades de visitação e de educação ambiental para públicos diversificados e o apoio   realização de investigação técnico-científica nestes domínios. Materializando estes objetivos, a Funda o das Salinas do Samouco oferece uma multiplicidade de experiências como a observa o de aves, anilhagem científica de aves, salicultura tradicional e passeios pedestres e de BTT, uma panóplia de iniciativas que consubstanciam o turismo de natureza no concelho e que atraem visitantes para o território.

Para além do trabalho not rio na área da conserva o, a Funda o das Salinas do Samouco contribui igualmente para a preserva o da identidade e cultura locais, dado que tem as únicas salinas em labora o no concelho, mantendo viva aquela que foi, outrora, uma das principais atividades econ micas de Alcochete. A flor do sal (uma das grandes apostas da Funda o e que   produzida em grande quantidade), o sal tal qual (expressão alcochetana e que significa que o sal está “tal qual fino, tal qual grosso” tal como sai da marinha) e o sal mais grosso (próprio para a desinfe o de piscinas e produ o de salic rnia) são produzidos, sem recurso a equipamentos mecanizados, e comercializados pela Funda o das Salinas do Samouco. Durante o verão,   ainda possível aos visitantes participar na atividade de rapa o do sal.

Com uma programação específica e com uma diversidade de atividades, que vão desde a observação de aves, visitas a burros mirandeses e oficinas do ambiente, a Fundação das Salinas do Samouco é local privilegiado para aulas de educação ambiental, quer para crianças, como para adultos.

Numa parceria com a Câmara Municipal, a Fundação das Salinas do Samouco dinamiza, desde 2011, as “Hortas Sociais”, um projeto de génese social e comunitária que tem registado um enorme sucesso e que, por isso, está prevista a realização de mais investimento para que o projeto de agricultura biológica possa ser estendido a mais municípios que já manifestaram a sua vontade em se tornarem hortelãos.

Pelo notável trabalho realizado em prol da recuperação do Complexo das Salinas do Samouco e preservação do seu rico património natural, pelo papel que assume na comunidade e no território, enquanto agente dinamizador da educação ambiental e biodiversidade, e pelo excelente contributo na preservação de uma atividade que é parte integrante da identidade local, a salicultura, a Câmara Municipal propõe, no âmbito das comemorações do 118.º aniversário da Restauração do Concelho, a atribuição da Medalha Dourada da Restauração do Concelho à Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco.

Medalha Municipal de Mérito Desportivo:

Fátima Negri Pinto da Silva

Fátima Negri Pinto da Silva tem-se destacado no triatlo ao mais alto nível. Com apenas 24 anos, a triatleta integra no seu currículo desportivo um campeonato nacional e a participação em algumas das mais exigentes provas internacionais da modalidade.

Mais conhecida como Tuxa Negri, sagrou-se campeã nacional de triatlo longo em 2014, no grupo de idades 20-24, e campeã nacional do circuito de ultra-trail, no escalão sub-23.

Começou a competir no triatlo olímpico, mas foi no triatlo longo e no ultra-trail que Tuxa Negri encontrou a sua modalidade de eleição, pela dificuldade e exigência física e mental deste tipo de desporto.

Destaque para a recente participação numa das provas mais exigentes do triatlo, o “Iron Man”, que era um sonho antigo da atleta e que foi concretizado no passado mês de outubro em Barcelona, onde ultrapassou o desafio de terminar em 11 horas e 57 minutos, os 3,8 Km de natação, 180 Km de ciclismo e 42,195 Km de corrida.

Refiram-se, ainda, outras conquistas em 2015: os 130 Km da Triangle Adventure, nos Açores, e também os 119 Km do ultra-trail TDS dos Alpes, que Tuxa Negri completou em 27 horas e 26 minutos.

Para o seu treinador, Paulo Pires, os bons resultados alcançados esta época nas diferentes provas de ultra distâncias em que Tuxa Negri participou, fazem da atleta um caso a realçar no desporto nacional, em particular no feminino, pela sua idade e versatilidade singular, ainda mais por não ser uma atleta profissional.

Nas provas em que participa, a bandeira do Município faz parte da “bagagem” da atleta que, tendo nascido no Brasil, reside em Alcochete desde os 9 anos e rapidamente se integrou na comunidade local, com particular destaque para a dedicação ao associativismo, nomeadamente, ao Agrupamento 223 dos Escuteiros de Alcochete e à Associação Académica de Alcochete, da qual continua a ser sócia e já foi vice-presidente.

Com o desporto a marcar o andamento da sua vida, Tuxa Negri é licenciada em Ciências do Desporto, pela Faculdade de Motricidade Humana, em Fisioterapia, pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa e Universidade de Florença e é *personal trainer* em diferentes ginásios e clínicas de fisioterapia.

Para participar no Iron Man Barcelona, considerada a prova mais desafiadora do mundo, a triatleta contou com o apoio da Autarquia no acesso aos equipamentos desportivos municipais e devido à exigência ao nível financeiro, promoveu uma campanha de *crowdfunding*, que lhe garantiu a participação na prova. Do montante obtido, doou €120,00 ao Centro Municipal de Recolha de Canídeos de Alcochete, que apoia regularmente com rações e cobertores.

De acordo com o Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais, a Medalha Municipal de Mérito Desportivo é atribuída a pessoas individuais ou coletivas que, por qualquer forma ligadas ao Município ou em sua representação se tenham destacado em alguma modalidade desportiva ou tentam de forma notória e persistente, contribuído para a divulgação e desenvolvimento do desporto.

Por reconhecer mérito ao percurso desportivo, nacional e internacional, pela dedicação a uma modalidade exigente a nível físico e mental, e pela promoção dos valores do desporto, em particular do triatlo na vertente longa e no ultra-trail na comunidade local, a Câmara Municipal propõe atribuir à triatleta Tuxa Negri a Medalha Municipal de Mérito Desportivo, no âmbito das comemorações do 118.º Aniversário Da Restauração do Concelho.

Romeu Alexandre Taneco Colaço

Romeu Colaço já inscreveu o seu nome na lista de atletas mais ultras do mundo, ao completar em 42 horas, 11 minutos e 55 segundos, os 170 Km de uma das provas mais duras do mundo – O Ultra Trail du Mont Blanc, em agosto de 2015. Chegar à meta em Chamonix, nos alpes franceses, com a bandeira do Município de Alcochete, foi o concretizar de um sonho, ao completar aquela que é considerada a prova mais difícil da modalidade e que tem o maior reconhecimento internacional.

O desporto sempre fez parte da vida deste alcochetano, em particular o desporto de resistência em contexto de natureza que se tornou numa paixão, ainda no tempo da Faculdade de Motricidade Humana, quando estava a estudar para a licenciatura em Ciências do Desporto. Já nessa altura era frequente a sua participação em raides

de aventura, as designadas corridas de aventura, que abrangiam o BTT, a canoagem e a corrida.

Depois de um interregno de alguns anos, que se dedicou ao futebol, o desporto aventura viria a entrar novamente na sua vida, desta vez na modalidade do trail, mais precisamente há cerca de 4 anos que participa de forma regular em corridas de montanha.

Trail é a designação de uma corrida realizada em percursos de natureza com diferentes níveis de dificuldade, que podem variar consoante se realizem em montanha ou planície e que exigem do atleta um equilíbrio mental e físico gerador de uma sensação de integração na natureza.

Funcionário da Câmara Municipal de Alcochete, no setor de Desporto, desde 2007, Romeu Colaço divide o seu tempo entre as aulas ao serviço da autarquia, monitor de atividades de natureza e o treino para as provas de *trail*, cujo sucesso se deve, para o atleta, a 30% de capacidade física e 70 % de capacidade mental.

Atraído pelos grandes desafios, são as provas de referência mundial que o impulsionam a treinar e a querer chegar cada vez mais longe. Depois do *Ultra Trail du Mont Blanc*, o Tour dos Gigantes, uma prova de 330 Km na parte italiana dos Alpes, e a maratona do deserto são as próximas etapas do atleta.

Com muitos quilómetros nas pernas, em corridas em Portugal e na Europa, foi sem dúvida a sua participação no *Ultra Trail du Mont Blanc* que lhe deu a notoriedade ao nível deste desporto que está ao alcance de muito poucos.

Ligado à Associação Académica de Alcochete praticamente desde a sua formação, tem promovido e participado, ao longo dos anos, em atividades desportivas ao ar livre, com destaque para passeios pedestres, canoagem e de BTT, de norte a sul do país, sensibilizando os mais novos para a prática desportiva e privilegiando o contacto com a natureza.

De acordo com o Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais, a Medalha Municipal de Mérito Desportivo é atribuída a pessoas individuais ou coletivas que, por qualquer forma ligadas ao Município ou em sua representação se tenham destacado em alguma modalidade desportiva ou tentam de forma notória e persistente, contribuído para a divulgação e desenvolvimento do desporto.

Por reconhecer mérito ao percurso desportivo, nacional e internacional, pela dedicação a uma modalidade exigente a nível físico e mental, pela promoção do desporto e dos valores do desporto na comunidade local, incentivando à prática de modalidades desportivas num contexto de natureza, a Câmara Municipal propõe atribuir a Romeu Alexandre Taneco Colaço a Medalha Municipal de Mérito Desportivo, no âmbito das comemorações do 118.º Aniversário da Restauração do Concelho.

Medalha Municipal de Bons Serviços

Trinta anos é um número muito significativo. São três décadas de partilha de experiências, de trabalho em comum, de esforço continuado ao longo de períodos de tempo consideráveis. Nalguns casos são, também, mais do que isso: são vidas profissionais inteiras, decorridas em íntima ligação à Câmara Municipal de Alcochete. Esta é a ocasião para expressar o reconhecimento da Câmara a todos os que celebram 30 anos de serviço, pela sua dedicação e pelo seu profissionalismo, dos quais todos beneficiam.

Este ano a Medalha Municipal de Bons Serviços é atribuída a:

Teresa Maria Rato Capito Rocha

João José Pereira Serra

João Manuel da Conceição Jacinto Samouqueiro.

Teresa Maria Rato Capito Rocha

Ingressou na Câmara Municipal, com a categoria de técnica profissional de 2.^a classe no dia 2 de janeiro de 1986, mantendo-se nesta categoria até 13 de agosto de 1991.

A evolução na carreira, em que desempenhou diversas funções, foi a seguinte:

- De 14 de agosto de 1991 a 14 de dezembro de 1994 – terceiro oficial
- De 15 de dezembro de 1994 a 15 de novembro de 1998 – segundo oficial
- De 16 de novembro de 1998 a 31 de dezembro de 1998 – primeiro-oficial
- De 1 de janeiro de 1999 a 22 de agosto de 1999 – assistente administrativo principal
- De 23 de agosto de 1999 a 31 de dezembro de 2008 – Assistente administrativo especialista
- Desde 1 de janeiro de 2009 tem a categoria de assistente técnica na área administrativa. Atualmente desempenha funções no Gabinete da Presidência como secretária do senhor presidente da Câmara.

João José Pereira Serra

Assumiu funções na Câmara Municipal como servente a 8 de julho de 1985, categoria em que se manteve até 7 de setembro de 1987.

Ao longo do seu percurso desempenhou várias funções nas seguintes categorias:

- De 8 de setembro de 1987 a 11 de março de 1992 – auxiliar técnico
- De 12 de março de 1992 a 20 de novembro de 1995 – terceiro oficial
- De 21 de novembro de 1995 a 31 de dezembro de 1998 – segundo oficial
- De 1 de janeiro de 1999 a 17 de julho de 2007 – assistente administrativo principal
- De 18 de julho de 2007 a 31 de dezembro de 2008 – assistente administrativo especialista

- Desde 1 de janeiro de 2009 é assistente técnico e desempenha funções na área do armazém.

João Manuel da Conceição Jacinto Samouqueiro:

Foi admitido na câmara municipal no dia 8 de julho de 1985 com a categoria de servente, em que se manteve até 22 de fevereiro de 1988.

A sua evolução na carreira, em que assumiu diversas tarefas, foi a seguinte:

- De 23 de fevereiro de 1988 a 2 de dezembro de 1992 – ajudante de pedreiro
- De 3 de dezembro de 1992 a 8 de agosto de 1993 – pedreiro
- De 9 de agosto de 1993 a 13 de junho de 1995 – operador de reprografia
- De 14 de junho de 1995 a 20 de fevereiro de 2008 – leitor cobrador de consumos
- De 21 de fevereiro a 31 de dezembro de 2008 – fiscal de leituras e cobranças.

A câmara municipal presta assim homenagem a Teresa Maria Rato Capito Rocha, João José Pereira Serra e João Manuel da Conceição Jacinto Samouqueiro, com a atribuição de Medalha Municipal de Bons Serviços, reconhecendo-lhes desta forma o trabalho desenvolvido ao longo de 30 anos ao serviço da autarquia.”

Submetida a proposta à discussão e votação, o senhor presidente propôs e foi aceite que a votação não se fizesse por escrutínio secreto, tendo assim a Câmara deliberado o seguinte:

Atribuir a Medalha Dourada da Restauração a António João Ferreira Pinto Basto e à Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, por unanimidade.

Atribuir a Medalha Municipal de Mérito Desportivo a Fátima Negri Pinto da Silva e a Romeu Alexandre Taneco Colaço, por unanimidade.

Atribuir a Medalha Municipal de Bons Serviços a Teresa Maria Rato Capito Rocha, a João José Pereira Serra e a João Manuel da Conceição Jacinto Samouqueiro, por unanimidade.

4.8 Empreitada de “Execução de Brasão em Calçada à Portuguesa” Proc. N.º I-02/15

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com a informação técnica da DAGR.CP n.º 379/15, datada de 23-12-2015, referente à empreitada referida em epígrafe, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

1. Início do Procedimento (Autorização da Despesa / Decisão de Contratar e Escolha do Procedimento);
2. Aprovação das Peças do Procedimento: Convite e Caderno de Encargos (englobando o Projeto de Execução, acompanhado pelo Plano de Segurança e Saúde);
3. Escolha da entidade a convidar.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade, bem como anexar a referida informação técnica como **Doc. 4**.

4.9 Nomeação do Representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«Em reunião de Câmara de 18 de dezembro de 2013 foi nomeada a Dr.^a. Patrícia Isabel Martins da Silva Caetano para representar o Município de Alcochete na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alcochete (CPCJ).

Porém, as funções entretanto assumidas pela técnica enquanto Coordenadora do Setor de Educação e Desenvolvimento Social da Divisão de Intervenção Social exigem, pela sua natureza, um grau de disponibilidade que não é compatível com a priorização das funções exercidas na CPCJ, prevista no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro.

Pelo exposto, proponho que seja nomeada a Dr.^a. Lúcia Catarina dos Santos Dionísio Alberto de Sousa Prates, licenciada em Educação Básica, para representar o Município na CPCJ de Alcochete nas modalidades restrita e alargada, com uma taxa de afetação de 50%.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade.

4.10 Aceitação de Doação de frigorífico para a Escola EB1/JI do Passil

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«A Junta de Freguesia de Alcochete, atenta às necessidades existentes nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho, pretende doar um frigorífico à Escola EB1/JI do Passil, desta forma, apetrechando aquele estabelecimento de ensino com um equipamento fundamental para o serviço de refeições.

Desta forma propõe-se a aceitação desta doação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade.

4.11 Celebração de Protocolo de Parceria com Doggy Clube – Centro de Treinos para Cães

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«O *Doggy Clube*, Centro de Treinos para Cães, tem por objetivo ensinar os donos de cães a treinarem o seu próprio cão, tendo em vista o seu adestramento e, eventualmente, a competição, contribuindo para a dinamização da canicultura desportiva, nomeadamente ao nível da obediência, atividade desportiva e educacional. O *Doggy Clube* promove ainda o treino de cães para fins terapêuticos - Intervenções Assistidas por Animais, em áreas como a saúde e a educação, com comprovados resultados nos beneficiários das referidas intervenções.

A Câmara Municipal de Alcochete, reconhecendo o trabalho realizado pelo *Doggy Clube* e considerando os benefícios das atividades que promovem, nomeadamente, ao nível das Intervenções Assistidas por Animais, manifesta o seu interesse em se associar a esta entidade para o desenvolvimento neste concelho das atividades em apreço. Nesse sentido, propõe-se a celebração do protocolo de parceria, em anexo, que se submete à aprovação da Câmara Municipal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade, bem como anexar o referido protocolo como **Doc. 5**.

4.12 Doação de instrumento musical à Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«O Município de Alcochete comemora neste mês de janeiro os 118 anos da Restauração da autonomia política e administrativa do concelho. Como já vem

sendo tradição, a Câmara Municipal, em parceria com a Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, assinala esta efeméride de forma digna e prestigiante, apresentando à sua população um vasto e diversificado programa.

No âmbito das comemorações do 118.º Aniversário da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, cujo programa, indissociável do próprio aniversário da Restauração do Concelho, vimos por este meio propor, tendo em vista o estímulo da Câmara Municipal ao reconhecido trabalho desenvolvido pela sua Banda de Música e respetiva Escola de Música, o seguinte:

- Doação de três instrumentos musicais designados “Clarinetes Buffet Crampon”, modelos E12 – 17/6 e B12 – 17/6, no valor total de €3.000,00 com IVA incluído, à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.

Submete-se a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade.

4.13 Feira Quinhentista – Normas de Participação

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«O Município de Alcochete, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Alcochete e a Associação GilTeatro, vai levar a efeito a organização da Feira Quinhentista entre os dias 3 e 5 de junho.

A Feira Quinhentista realiza-se ao ar livre, no largo da Misericórdia, avenida Comendador Estevão de Oliveira, largo António dos Santos Jorge, largo de São João, largo Almirante Gago Coutinho (jardim do coreto) e avenida 5 de Outubro, tendo como objetivos a dinamização de um evento de recriação história com atividades mercantis e de animação; divulgar a época de quinhentos através de

demonstração de atividade de negócio, de cariz histórico e de lazer; fomentar e promover o conhecimento histórico através da recriação de situações e acontecimentos de época; promover as potencialidades turísticas da região inserindo o concelho de Alcochete no calendário das feiras de índole histórica que se realizam pelo país.

Neste sentido, apresenta-se, para deliberação, a proposta das normas de participação na Feira Quinhentista aplicada a pessoas a título individual ou coletivo que promovam a venda e/ou divulgação, ao tempo atual, de produtos específicos dos séculos XV e XVI: artesãos, artífices e comerciantes.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade, bem como anexar as normas de participação como **Doc. 6**.

4.14 Denúncia do Protocolo de Colaboração entre a Fundação João Gonçalves Júnior e o Município de Alcochete para utilização das Salinas como Núcleo Museológico

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi proposto o seguinte assunto:

«O Município de Alcochete e a Fundação João Gonçalves Júnior sempre assumiram, como imperativo, o desenvolvimento de ações comuns, com o propósito da salvaguarda dos espaços e das memórias associadas à salicultura.

Nesse contexto, por deliberação camarária de 7 de fevereiro de 2007, foi aprovado o teor de um protocolo a outorgar entre o Município e a Fundação João Gonçalves Júnior, tendo como objeto proporcionar a valorização e dignificação das Salinas de Alcochete, propriedade daquela.

Atualmente, passados alguns anos após a assinatura desse protocolo, coloca-se a necessidade de ponderação sobre a melhor estratégia a adotar potenciando, desta forma, a adequação à realidade do projeto assumido por ambas as instituições.

Tendo em consideração que:

1. Desde há vários anos a Fundação João Gonçalves Júnior deixou de efetuar a safra de extração de sal;
2. Após a apreciação do protocolo existente para a utilização das salinas do Brito como núcleo museológico, entende-se que esse mesmo acordo não produz a eficácia necessária para a valorização dos pressupostos inerentes à visão partilhada sobre a preservação das memórias da atividade salineira;
3. Foi formulada uma proposta no sentido de reavaliar a situação de acordo com as reais capacidades e necessidades de ambas as entidades, resolvendo-se o protocolo por mútuo acordo e reformulando-se os respetivos pressupostos;
4. Existe a necessidade de redefinição de uma nova estratégia, sobre as formas de cooperação no âmbito da valorização patrimonial, material e imaterial, associada à salicultura.

Propõe-se, que seja deliberado denunciar o protocolo referido supra, dando-se conhecimento de tal facto à Fundação – visto que se trata de uma declaração receptícia –, nos termos constantes da Cláusula 5.^a daquele documento.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto, por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do CPA.

5. Apoios Financeiros

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi apresentada a seguinte proposta:

– Atribuição de apoio financeiro – Vulcanense Futebol Clube

«De acordo com a informação técnica do Setor de Juventude e Movimento Associativo n.º 6, datada de 04/01/2016, referente ao supra mencionado assunto, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- ✓ Atribuição de um apoio financeiro, no valor de €5.382,88 (cinco mil, trezentos e oitenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos).»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

6. Informações

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foram prestadas as seguintes informações:

1 – Ações solidárias, na época natalícia, para as famílias carenciadas

«Os Grupos Sócios Caritativos de Alcochete, do Samouco e da Atalaia, solicitaram o apoio do Município para o reforço de azeite e bacalhau para os cabazes de Natal destinados às famílias carenciadas do concelho que são apoiadas pelos mesmos Grupos, conforme:

- Cáritas da Paróquia da Atalaia apoia 35 famílias do concelho de Alcochete, 118 pessoas, sendo 39 menores até à idade de 15 anos.
- Grupo Sócio Caritativo do Samouco, apoia 58 famílias, 152 pessoas, sendo 48 menores até à idade de 15 anos.
- Grupo Sócio Caritativo de Alcochete, apoia 101 famílias, 296 pessoas, sendo 66 menores até a idade de 15 anos.

No total, são apoiadas 194 famílias e 566 pessoas, das quais 153 são crianças até aos 15 anos.

A fim de atender a esta solicitação, assim como angariar outros bens necessários para estas famílias, a Câmara Municipal de Alcochete encetou esforços em conjunto com outras entidades, procurando dar maior dignidade às famílias carenciadas do concelho nesta quadra Natalícia.

Para o efeito contou-se com o apoio das seguintes entidades:

- Grupo de Motard's de Alcochete, que ofereceu 94 garrafas de azeite
- Colégio Penas Real, que ofereceu 100 garrafas de azeite
- Grupo Riberalves, que ofereceu metade do bacalhau (tendo a câmara municipal adquirido o restante).
- Grupo Freeport, que ofereceu brinquedos que foram entregues a 153 crianças e à Loja do Mercado;
- Equipa de RSI, que organizou uma Caminhada Solidária para a recolha de produtos de higiene, angariando no total 515 produtos.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Idosos em segurança

«O Grupo de Intervenção da GNR de “Idosos em Segurança”, levou a efeito 5 ações onde participaram 63 pessoas das freguesias de S. Francisco, Samouco e Alcochete e na zona da Fonte da Senhora.

Estas ações tiveram como objetivo alertar e despertar as consciências para os casos de burla e outros crimes aos quais os idosos estão particularmente vulneráveis, assim como prestar aconselhamento sobre medidas e formas mais seguras de lidarem com abordagens do quotidiano, a segurança das suas residências, a entrada em circulação das novas notas de 20€ e a forma mais

correta de procederem em caso de interpolação ou abordagem em situações anormais.»

A Câmara tomou conhecimento.

3 – Peditório Nacional de 2015 da Liga Portuguesa Contra o Cancro

«O Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro solicitou, uma vez mais, a colaboração do Município de Alcochete, para levar a efeito o Peditório Nacional 2015, que decorreu de 30 Outubro a 2 de Novembro.

Para a realização desta iniciativa, o Setor de Desenvolvimento Social, articulou com alguns parceiros locais, tendo distribuído oito cofres, designadamente, Agrupamento 223 de Escuteiros de Alcochete, Grupo 225 de Escoteiros de Alcochete, Juntas de Freguesia de S.Francisco e Samouco que fizeram a recolha de fundos.

Conforme informação da Liga foi apurado o valor de €293,72 no concelho de Alcochete.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres foi prestada a seguinte informação:

– Comemorações dos 500 Anos do Foral de Alcochete – Dezembro/2015

1. Atividades para o público em geral

. Exposição *O Foral Manuelino de Alcochete*

Exposição de divulgação do foral manuelino, invocando a crescente importância deste território naquela época e a génese deste concelho.

Local: núcleo sede do MMA

Públicos: 17

. III Torneio de Xadrez comemorativo dos 500 anos do Foral de Alcochete

Realizou-se a 12 de Dezembro de 2015 o 3º e último torneio do circuito de xadrez comemorativo dos 500 anos do Foral de Alcochete. Na totalidade dos três torneios foi esta a prova mais competitiva. Estiveram presentes o mestre FIDE (MF) Viktor Ulyanovsky, o mestre nacional (MN) Vítor Morais e o campeão nacional sub14 anos Bruno Martins. O vencedor do torneio foi Amílcar Miranda do clube EDP de Lisboa. De destacar também o 3º lugar obtido pelo jovem Bruno Martins e o 6º por Tomás Machado, ambos jovens promissores do escalão sub14, do Ateneu Popular do Montijo.

Globalmente, tendo em conta que a prática do xadrez no concelho é diminuta, este circuito de torneios alcançou um êxito considerável, atendendo ao número de participantes e ao grau competitivo demonstrado.

Para além destes factos a participação de cerca de 35% de jovens com idades inferior a 14 anos, alguns deles residentes em Alcochete, abrem uma janela de esperança para a prática da modalidade no concelho.

Local: Biblioteca de Alcochete

Dia: 12 de dezembro

Públicos: 24

. Ciclo de Concertos de Natal

Tradicionalmente a Câmara Municipal assinala na sua programação um ciclo de concertos de Natal que se realizam nas três freguesias do concelho. O ano de 2015 não foi exceção e dos quatros concertos que faziam parte do programa, três integraram as comemorações dos 500 anos do Foral dado que foram preparados com integração de peças de época nos respetivos programas.

Os concertos estiveram a cargo do harpista Eduardo Dias Martins (13 de dezembro, na Junta de Freguesia de São Francisco), do Coral Samouco (18 de

dezembro, no Núcleo de Arte Sacra do Museu Municipal) e do Ensemble Carmin'Antiqua (19 de dezembro, na Igreja de São Brás – Samouco).

Locais: Junta de Freguesia de São Francisco, Núcleo de Arte Sacra do Museu Municipal Igreja de São Brás – Samouco.

Dias: 13, 18 e 19 de dezembro

Públicos: 99

N.º Públicos – Total – 140»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção do Sr. Nuno Bernardes que mostrou preocupação sobre o estado das areias que se encontram no parque infantil do jardim do coreto e na Escola da Restauração (existência de pulgas), em Alcochete, lembrando o que refere a legislação relativamente a este tema.

Questionou ainda, porque não foi mudada a areia da Escola da Restauração, objeto de promessa feita por parte do executivo camarário.

Em resposta, a senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio informou que reuniu com a Dra. Lina Guarda, a qual afirmou que as picadas nas crianças não são de pulgas, mas sim de mosquito. Mais disse que a troca da areia não foi feita dado a Dra. entender não ser necessário. A Câmara irá retirar o lixo. Frisou também que, de acordo com pareceres existentes, a areia é o melhor piso, no recreio das escolas, para as crianças.

O senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua esclareceu que, dada a falta de tempo para fazer a mudança da areia, foi decidido colocar em frente aos contentores um outro tipo de pavimento dado este espaço ser mais problemático

relativamente ao restante, o qual será objeto de intervenção durante a interrupção do ano letivo.

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro lembrou que, quer a E.B. 2,3, El Rei D. Manuel I, quer a Escola Secundária de Alcochete são da responsabilidade do Governo.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:30 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Colho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.